

## **EX-MORADORES DE RUA COMO CAMPONESES NUM ASSENTAMENTO PELO MST<sup>1</sup>**

**Marcelo Gomes Justo – Centro Universitário Senac/SP**  
[mjusto@hotmail.com](mailto:mjusto@hotmail.com)

### **Um assentamento pelo MST com moradores de rua: contexto e problematização**

Este artigo trata das principais questões decorrentes da análise dos conflitos internos num assentamento de reforma agrária em que há uma parcela de ex-moradores de rua. O assentamento estudado localiza-se na região sudoeste do estado de São Paulo e a organização para conquista da terra deve-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O caso insere-se num contexto em que a Fraternidade Povo da Rua aproxima-se do MST, nos anos 1990, e começam a levar moradores de rua da cidade de São Paulo para a luta pela terra. Essa aproximação gerou a regional grande São Paulo do MST.

O objeto empírico do trabalho constitui-se dos conflitos internos relativos à organização da vida coletiva<sup>2</sup> no assentamento. Conseqüentemente, trata-se da possibilidade de formação de um espaço público no assentamento.

A peculiaridade desse assentamento é ter pessoas que estavam morando nas ruas da cidade de São Paulo. No caso tratado, inicialmente cerca de 250 famílias compunham essa luta, sendo que 27 indivíduos desse total moravam nas ruas. Do grupo original, cerca de 80 famílias ocuparam a fazenda Monte e lá permaneceram 63. Com a desapropriação de 920,5 ha, apenas 47 famílias puderam ser assentadas no local. Destas, permaneceram 12 pessoas que são ex-moradores de rua. A relação entre a trajetória de vida daqueles que vieram das ruas e o MST também é objeto de pesquisa.

O recorte temporal do trabalho de campo cobre os anos de 2001 a 2004. Retratam-se a vida e os conflitos vividos nesse período. Recorre-se a relatos orais e a documentos para cobrir o período anterior necessário para se compreender a situação atual.

Desde abril de 1996, membros da organização pastoral católica Fraternidade Povo de Rua e militantes do “coletivo do Brás” do MST promoviam conversas com 45 moradores de rua sobre as ações de ocupação de terras e conseguiram articular um grupo de 27 pessoas disposto a se unir a outros interessados em lutar por terra.

Em 2 de setembro de 1996, esses 27 moradores de rua e mais dezenas de famílias partiram para as imediações de dois municípios da região sudoeste do estado. Ao todo eram mais de 200 famílias, sendo uma grande parte proveniente da capital e da região de Campinas, de municípios como Hortolândia e Sumaré, e outras da região de Sorocaba organizadas pelos respectivos núcleos do MST destas três regiões.

---

<sup>1</sup> O artigo consiste das questões principais da tese de doutorado: “Exculhidos”: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST, defendida no departamento de geografia da FFLCH/USP em agosto de 2005, sob orientação do Prof. Dr. Ariovaldo U. de Oliveira. A banca foi composta, além do orientador, pelos professores doutores: Regina Sader, Mirian Simonetti, José Juliano de Carvalho e Zilda Iokóí, aos quais sou profundamente grato pelas críticas e sugestões. Algumas daquelas sugestões foram incorporadas no presente artigo.

<sup>2</sup> Quando se enfatiza que o objeto de estudo é conflito interno relativo à organização da vida coletiva, está-se excluindo do tema os conflitos interpessoais, como as brigas de vizinhos, por exemplo, mesmo sabendo que, às vezes, não há limite entre esses dois tipos de conflitos.

Após um ano e meio de luta e sete acampamentos distintos, em fevereiro de 1998, de cerca de cento e poucas famílias que estavam acampadas na beira da estrada, em torno de 80 decidiram ocupar a fazenda Monte. O restante de trinta e poucas famílias continuou acampado na beira da estrada aguardando por situação mais definida<sup>3</sup>. A ocupação dessa fazenda deu origem ao assentamento. O governo federal desapropriou a fazenda um mês depois, em março de 1998. Restaram na fazenda 63 famílias<sup>4</sup>.

Em 18/12/1998, foi assinado pelo governo federal o projeto de crédito fomento<sup>5</sup>. Os técnicos do INCRA verificaram, inicialmente, a capacidade de assentar 41 famílias, dadas a baixa fertilidade do solo e a localização afastada da fazenda, o lote mínimo deveria ter 12 ha. Em assembléia do projeto de assentamento de 14/12/1998, os presentes, já sabendo da liberação da verba de fomento, decidiram sobre a partilha do montante entre todos que participaram da luta mesmo que não fossem assentados ali. Decidiram que o dinheiro, que viria para 41 famílias, seria dividido entre as 63 e que as 22 excluídas da lista do INCRA devolvessem o dinheiro quando fossem beneficiadas pelo mesmo tipo de financiamento. Esta partilha do crédito de fomento gerou, três anos depois, um grande conflito no assentamento.

Posteriormente, o INCRA decidiu assentar 47 famílias e fez uma lista homologando as mesmas. Nessa época, estavam morando 61 famílias, sendo que as 14 não homologadas pelo instituto dividiam a área com outras. Alguns indivíduos sozinhos cansaram da espera pela divisão dos lotes e desistiram da luta ou foram para outros assentamentos.

O clima entre os pré-assentados naquele período era muito tenso e havia ameaças pessoais. Uma parte queria o trabalho coletivo e moradia em agrovila e outros preferiam morar e trabalhar em lotes individuais. A espera pela demarcação dos lotes causava uma animosidade entre os moradores.

Da desapropriação, em março de 1998, até a divisão dos lotes, em janeiro de 2000, a grande maioria das famílias estava morando numa espécie de agrovila e trabalhando coletivamente numa estufa de pimentões. Outros poucos estavam morando em áreas mais afastadas. Os moradores decidiram a divisão dos lotes por meio de sorteio, em assembléia geral de 9/1/2000.

### *Hipóteses e metodologia*

Foram comprovadas duas hipóteses. Na primeira, foi assumido que a mudança para o campo constitui-se como uma alternativa para um problema vivido na cidade, a condição de morador de rua. A noção de “alternativa” é entendida em contraposição ao mundo do emprego assalariado, base do modo de produção capitalista, no sentido colocado por Singer (1998 e 2002). Procurou-se focar como se pode construir uma economia solidária no assentamento, no sentido de mostrar quais são os avanços e as limitações na realização desse processo.

A segunda hipótese coloca que, numa fração de território potencialmente alternativa ao modo de produção capitalista, desenvolvem-se formas de gestão pública dos conflitos sociais internos referentes à vida coletiva no assentamento. Basicamente, a diferença entre a gestão pública e a

---

<sup>3</sup> Segundo Feliciano (2003: 168), um grupo de famílias que estava acampado na beira da estrada partiu para uma ocupação no Núcleo Colonial Monções, no município de Iaras/SP, em 15/08/98.

<sup>4</sup> Utiliza-se o termo “família”, mas há também indivíduos sozinhos que recebem um lote. Nem todos os indivíduos sozinhos são ex-moradores de rua e nem todos os que vieram das ruas vivem sozinhos.

<sup>5</sup> Cada família tinha direito a R\$ 1.425,00 para instalação no lote e primeiro plantio, a fundo perdido.

estatal consiste no seguinte. A gestão estatal dos conflitos não é realizada pelo público envolvido, mas por técnicos operadores da lei distantes do cotidiano gerador do conflito, e, principalmente, o controle social exercido pelas leis baseia-se em distinções sociais (Cf. BLACK, 1998). A gestão pública dos conflitos diz respeito ao controle social e à apropriação do espaço feita pela população de um dado local, no caso um assentamento de reforma agrária. É este movimento que transforma o espaço em território, no sentido definido por Raffestin (1993).

Para o estudo da dinâmica dos conflitos internos no assentamento, a posição expressa por Raffestin (1993 [1980]) é fundamental. Esse autor faz a crítica da geografia política clássica de Ratzel, entre outros, para se contrapor à noção de que o poder refere-se exclusivamente ao Estado. Com base no princípio de que a verdadeira geografia só pode ser uma análise dos poderes, segue a definição foucaultiana de poder: 1) algo que não se adquire e é exercido a partir de inúmeros pontos; 2) é imanente a todas as relações; 3) vem de baixo e não há oposição entre dominante e dominado; 4) tem intencionalidade e não subjetividade; 5) onde há poder há resistência e esta não é exterior àquele. A partir disso, o autor coloca que o poder não é influência nem autoridade e que, portanto, está ligado à manipulação dos fluxos de energia e informação, como duas variáveis inversamente proporcionais. Assim, população, território e recursos são trunfos do poder.

Para Raffestin, “território” é um conceito que se diferencia da noção de espaço. Aquele é resultado da ação de um ator social que quando se apropria de um espaço, o territorializa. Porém, o conceito de território não é suficiente sem o de rede, que o complementa. Junto ao território, nos lugares do poder há nodosidade, centralidade e marginalidade. Ou seja, há lugares que apresentam densidades mais fortes ou mais fracas de relações, como aspecto das redes. Segundo Raffestin, do território surgem tessitura, nó e rede; portanto, deve-se levar em conta este conjunto de superfícies, pontos e linhas. Podemos apoiar-nos nesse geógrafo para colocar um assentamento de reforma agrária como sendo um território (dentro de outro maior) em que os lotes são nós (pontos) e as redes são as linhas que unem os pontos, ligando fragmentos (gastando energia e informação) e, assim, compondo tessituras. Quanto às redes, em que nodosidade, centralidade e marginalidade estão implicadas, interessa que tanto na circulação quanto na comunicação – processos simultâneos – os atores sociais confrontam-se com elas. Para o autor, as redes são móveis e inacabadas e por isso têm a força de adaptar-se ao espaço e ao tempo. O geógrafo francês embasa-se na seguinte definição dada por Michel Serres: “A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder” (SERRES, *apud* RAFFESTIN, 1993: 204). A noção de rede é aprofundada com os textos de Latour.

Assim como Raffestin, Latour (2000) retira a noção de rede dos trabalhos do filósofo francês Serres, entre outros autores. “Rede”, segundo Latour, é a capacidade de conectar e de separar, de produzir espaço e tempo, que mesmo sendo ampla continua a ser local em seus nós.

### *Referenciais teóricos*

Em primeiro lugar, verifica-se como a modernidade trata o campesinato e a mendicância e quais os potenciais contidos neste tema de pesquisa. O pensamento moderno de autores como Comte (1983), Ratzel (1990), Marx (1978 e 1985) e Reclus (1985) apresenta ambigüidades e ambivalências sobre

camponês e morador de rua. Oscila entre a extinção ou a não extinção do campesinato e entre colocar a mendicância como um fenômeno social ou natural. Com base no trabalho de Santos (2000), pode-se classificar Comte e Ratzel como representantes do conhecimento-regulação e Marx e Reclus, do conhecimento-emancipação. São duas metades do pensamento moderno, porém o modo de produção capitalista tornou dominante o conhecimento-regulação em detrimento da emancipação. Para Santos, é preciso reinventar o projeto emancipatório. Cabe a nós encontramos formas potencialmente emancipatórias. Apropriando-se da idéia, vale mencionar que conhecimento-regulação trabalha com uma concepção espacial vertical, pois hierarquiza o mundo, e o conhecimento-emancipação, ao visar a igualdade, horizontaliza o mundo.

Num outro registro, a posição não-moderna de Latour (2000) permite um posicionamento epistemológico de colocar camponês e morador de rua como pontos centrais para explicar a sociedade e os processos de exclusão. O enfoque do autor é o estatuto do conhecimento científico na sociedade moderna. Ele mostra que esse conhecimento traça redes, assim como as demais formas de conhecimento. A diferença entre as formas de conhecimento depende do tamanho das redes que mobilizam. Para o autor, a ciência caminha por redes e não pela busca de essências. Neste sentido, o registro epistemológico do trabalho de Latour permite a contraposição a visões que buscam a essência do campesinato. Pois, o presente trabalho dedica-se ao desafio de lidar com aqueles que vieram das ruas sem cair na defesa de uma essência para a permanência na terra. A possibilidade de permanência no terra é condicionada pelas redes.

Quanto às pesquisas sobre assentamentos de reforma agrária, elas foram classificadas em quatro temas centrais: território e territorialização (FERNANDES, 1996 e 1999; SIMONETTI, 1999; MARQUES, 2000; BOMBARDI, 2001; MITIDIERO, 2002; FELICIANO, 2003; ALMEIDA, 2003; FABRINI, 2003; GONÇALVES, 2004); conflitos sociais internos e externos ao assentamento (D'INCAO e ROY, 1995; MIRANDA, 1998 e 2003; SCHREINER, 2002, e, MITIDIERO, 2002); *ethos* camponês e condições para permanência como assentado (MIRANDA, 1998; MARQUES, 2000, PEREIRA, 2000, SCHREINER, 2002); cooperativismo, gestão, organização e sociabilidade nos assentamentos (CARVALHO, 1998 e 1999; SIZANOSKI, 1998; SOUZA, 1999; CHRISTOFFOLI, 2000; FABRINI, 2003, e, FELICIANO, 2003). Os trabalhos abordam um ou mais temas. A maioria dos trabalhos sobre assentamentos resultantes da luta do MST é da área de geografia, por isso, a centralidade do tema da territorialização. Da discussão sobre território camponês, pode-se colocar que ele é moldado pelos conflitos internos, como se estes dessem “conteúdo” àquele. Acrescenta-se que o território possibilita a formação de relações não-capitalistas, mas não as garante sem maiores aprendizados.

Sobre os conflitos internos, há a contribuição da noção das “invalidações recíprocas” (Cf. D'INCAO e ROY, 1995) e a dos trabalhos que realizam a crítica aos preconceitos contra “camponês” expressos pela cúpula do MST e que mostram a existência de uma diversidade de formas de organização política e econômica no interior dos assentamentos, que ultrapassam as antigas coletivizações “forçadas” pelo Movimento (Cf. MIRANDA, 1998 e 2003; SIMONETTI, 1999; SCHREINER, 2002). Com o presente trabalho, acrescenta-se que o *ethos* camponês virou objeto de disputa no

assentamento. Diferentes grupos ou indivíduos querem definir quem merece ou não ficar no assentamento.

Como a revisão das pesquisas mostrou que os conflitos são comuns nos assentamentos, as contribuições do presente trabalho são a de que a opção pelos lotes individuais é uma forma de gerir conflitos e se constata que há um ritmo da conflituosidade nos assentamentos, pois, entre os dois e os cinco anos de formação de um assentamento ocorre uma intensidade maior de união e desunião: coletivos são desfeitos, cooperativas são abandonadas ou dão origem a associações e famílias sozinhas unem-se em associações. Quanto à gestão dos assentamentos, verificou-se na literatura que as associações têm papel central (Cf. CARVALHO, 1998), que as cooperativas variam entre mais e menos democráticas (Cf. CHRISTOFFOLI, 2000) e que elas representam ganhos políticos, mais do que econômicos (FABRINI, 2003).

Cabe colocar que o ponto central da questão da gestão dos conflitos no assentamento é a possibilidade de, juntamente com a consolidação de uma economia solidária, existir uma gestão pública, ou democrática, dos mesmos.

### **Em campo união, desunião e reunião: a convivência de aspectos modernos e tradicionais**

O enfoque empírico esteve no movimento de união, desunião e reunião entre os assentados, que vai do momento em que a maioria deles vota pela moradia em lotes individuais, ao invés de agrovila, em 1999-2000, até a formação de grupos e associações a partir de 2002. A paisagem é moldada pelos conflitos: os lotes individuais, a formação de grupos etc. Pela interlocução com os assentados, observou-se a dinâmica de alianças e de ataques no assentamento.

A partir de 2001, houve no assentamento uma desunião entre os moradores, em que muitos deles passaram a se isolar devido aos conflitos e quase deixou de haver reuniões ou assembléias. No entanto, de 2002 para 2003, surgiram duas associações e grupos de trabalhos com estufas.

Entre as associações, houve a primeira tentativa dos “Exculhidos”, que durou quatro meses e onde se encontram alguns ex-moradores de rua. Depois, com algumas variações reúnem-se para a formação da Compartilha, em duas tentativas, até a formalização em 2003. Porém, em 2004, essa associação sofreu um enfraquecimento. Essa associação formou-se em contraposição aos antigos coordenadores do pré-assentamento, que foram acusados como supostos responsáveis pelo não reembolso do dinheiro do fomento, de 1998. Walter, ex-morador de rua e um dos principais articuladores das associações “Exculhidos” e Compartilha, tem como prática a luta em conjunto e fazer alianças, mas faz muitos ataques aos seus inimigos políticos e cria cisões.

Relacionada à trajetória dos “Exculhidos”, além de oposição aos ex-coordenadores do assentamento pelo não reembolso do fomento, há um segundo caso de conflito. Um membro desse grupo fez denúncias de supostas irregularidades no assentamento e pretendia vender as benfeitorias do lote onde mora. Os moradores conseguiram gerir coletivamente o conflito, enquanto aguardavam o INCRA. Em setembro de 2003, aquele membro dos “Exculhidos” enviou uma carta a um jornal local do município, que publicou uma matéria com o conteúdo da carta em que são feitas denúncias como: obtenção irregular de financiamento, arrendamento de lotes para plantio e pastagem, não produção

nos lotes, venda irregular de madeira e venda de lote. Um parcela dos assentados reuniu-se e posicionou-se contrária a “venda” do lote e redigiu uma carta resposta ao jornal. Cabe ao INCRA fiscalizar e controlar a tentativa de comercialização de benfeitorias, porém o órgão, notificado pelos moradores, simplesmente se omitiu.

Os três ex-coordenadores do assentamento encabeçaram uma associação e grupos de produção em estufas. A associação Agro União, que iniciou em 2003 e se oficializou em 2004, começou com 12 famílias e, em 2004, entraram mais duas. Os grupos das estufas são compostos por três semi-coletivos que se formaram a partir de 2002. Essa segunda associação e os grupos das estufas são os moradores que estão em melhores condições materiais no assentamento e unem-se compondo um grupo majoritário. Os membros da Agro União e dos grupos das estufas destacam-se como pessoas que convocam assembléias para tentativas de gestão do assentamento. Em 2004, acirrou-se a separação entre essa maioria (Agro União e grupos das estufas) e os membros da associação Compartilha. Houve naquele ano um terceiro caso de conflito envolvendo o assentamento. Tratam-se das complicações decorrentes da “venda” e abandono de um lote de um morador associado à Compartilha. Uma comissão de moradores foi formada como uma instância pública de gestão dos conflitos e/ou irregularidades do assentamento. Apesar da comissão ser aberta a todas os grupos do assentamento, há um grupo majoritário que está contrária e cansada das acusações e brigas com as pessoas da associação Compartilha. É uma rede se contrapondo a outra.

Constata-se, por um lado, o conhecimento-regulação criando uma configuração espacial vertical em decorrência da assimetria e divergências entre os grupos e, por outro, um conhecimento-emancipação que permite pessoas se associarem e manterem relações horizontais.

#### *Ethos camponês*

Para tratar o tema de ex-moradores de rua como camponeses, foi preciso lidar com a questão do *ethos* campesino. Foi feito um levantamento das categorias de acusação entre os assentados e verificou-se a construção e a disputa pelo *ethos*. Eles acusam-se mutuamente de ser “vagabundo”, de “não ser digno” de estar assentado e de ser “mentiroso”.

Deduz-se que nas acusações recíprocas está em jogo a manipulação da definição de camponês. Com base em distintos trabalhos sobre o tema, é possível estabelecer uma síntese do que consiste a campesinidade: a ligação simbólica com a terra, o trabalho familiar e a religiosidade. São três elementos interconectados: a terra é trabalhada pela e para a família e o sentido simbólico do arar, semear e colher os frutos constitui e é constituído pela religiosidade. À parte a relevante discussão sobre classe social e subordinação ao capital, a ordem moral também é um elemento marcante do camponês. Portanto, vê-se nas categorias mencionadas um peso dado pelas acusações morais: a preguiça, a mentira e a honra. No uso generalizado do termo “vagabundo”, afirma-se uma identidade de trabalhador por oposição ao outro que é não-trabalhador. Ao se apontar uma alteridade da vagabundagem, se está afirmando uma identidade marcada pela moral do trabalho; é um “eu” camponês latente.

Se um elemento da campesinidade é a família, os homens sozinhos estariam fora deste registro. Por isso, assentá-los foi uma fonte de tensão, que reverbera até hoje. No entanto, há homens sozinhos

que, aos poucos, constroem famílias, outros que configuram seu lote com as características de um típico sítio camponês e alguns que não conseguem trabalhar o lote todo. Mas, este último caso não é exclusividade dos homens sozinhos. Portanto, o *ethos* camponês pode ter elementos que fortalecem e outros que enfraquecem a complexidade vivida num assentamento de reforma agrária. No exemplo do morador que critica alguns assentados que são indivíduos sem famílias de serem “vagabundos”, é o caso de um tipicamente “camponês” definindo, por oposição, o seu *ethos*. Se depender da posição dele, quase todas as pessoas ligadas à associação Compartilha ficariam de fora da definição de agricultor “honesto e trabalhador”. Evidencia-se um conhecimento, ou visão de mundo, cuja configuração espacial decorrente é vertical, pois cria assimetrias entre os “mais” e os “menos” camponeses.

Na associação Agro União ou nas famílias que trabalham juntas na produção de pimentões em estufa encontram-se as marcas camponesas explícitas: a luta pela terra tem um sentido comunitário cristão e a unidade de produção é voltada para a família. No entanto, ficar preso a determinantes de campesinidade, sejam quais forem (econômicos e/ou culturais) mostra-se como uma armadilha, porque eles são ruídos ouvidos constantemente de todos os lados no assentamento que reproduzem brigas e divisões. Quem resolveu ir para a terra é camponês. O *ethos* camponês não deveria ser postulado como a essência<sup>6</sup>, mas como uma situação: este é um ponto de partida deste trabalho. “Dar certo” no assentamento vai depender do jogo entre isolamento e redes. Conclui-se que a busca de determinantes de campesinidade, sejam econômicos e/ou culturais, como aparece em trabalhos sobre assentamentos, são armadilhas, porque reproduzem brigas e divisões internas. O que não nega que no assentamento há a oportunidade para se (re)construir o *ethos* camponês e as relações não-capitalistas. Então, a possibilidade de se adaptar à vida na terra estaria mais ligada a estar numa rede do que a aptidão para ser agricultor.

Vale observar que os assentamentos são porções do território do Estado, pois, ao desapropriar uma área privada, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é imitado na posse do imóvel. Porém, nessas frações de território camponês, como denomina Oliveira (1997), encontram-se dinâmicas de poder distintas em relação ao controle estatal. Estas dinâmicas moldam a tessitura, os nós e as redes do território, conforme Raffestin (1993) trabalha. Portanto, a dinâmica das redes, presente nos conflitos e na formação de grupos, além de configurar a fração de território, permite que esta não se isole e que os grupos estejam conectados a redes mais amplas: a cidade, o estado, a região, o país, o poder do Estado, o mundo, o MST, as ONGs etc.

### **Conclusões: as redes e a economia solidária**

Quanto à primeira hipótese levantada, foi possível constatar que o MST é uma alternativa aos moradores de rua; porém, é preciso que essa união do Movimento com a população de rua possibilite a formação de redes para que esta não caia no isolamento e na reprodução da miséria. Quando estão nas ruas, os “sem teto” conseguem estar inseridos em redes, geralmente conectadas ao

---

<sup>6</sup> Chayanov (1974 [1925]: 34-40), por exemplo, baseia seu trabalho na compreensão da “essência” organizativa do trabalho familiar. Mas, faz a ressalva que sua teoria não tem pretensão de aplicação universal e de abarcar todas as formas de empreendimentos camponês.

trabalho da pastoral católica. No assentamento, esse contato não perdura ou muda de caráter (voltando-se mais para financiamentos e menos para a articulação política). Com as pessoas morando e produzindo em seus próprios lotes, os ex-moradores de rua e os homens sozinhos, em geral, carecem de mão-de-obra familiar e a falta de família é, muitas vezes, vista como uma oposição ao caráter camponês. Os apoios da direção do MST, da Igreja e de outros militantes podem servir para que essas pessoas cheguem ao assentamento com o potencial de formar um grupo voltado para formas de economia solidária, de acordo com a concepção de Singer (2002). É fato que não dá para se conceber o morador de rua com potencial de ser incluído no mercado formal de trabalho, resta a ele a alternativa da economia solidária.

A disputa pela campesinidade no assentamento manifesta-se na polarização entre as famílias versus homens sozinhos. Se a base da campesinidade está no valor moral da família, o homem sozinho estaria destituído dela. Desde o início do assentamento, houve uma tensão entre lideranças que não queriam homens sozinhos assentados e outras que defendiam o direito de todos permanecerem, pois a conquista da terra foi em conjunto. Consta-se que uma noção de campesinidade presente entre uma parcela dos assentados discrimina os homens sozinhos, porque não seriam capazes de trabalhar todo o lote. A negação do *ethos* não recai diretamente sobre o ex-morador de rua, mas sobre aqueles que vivem sós.

Aqueles que vieram da rua não pertencem aos maiores grupos do assentamento estudado. Morar num lote proporciona-lhes teto, comida, trabalho, possibilidade de (re)constituir família; mas, há uma situação de relativa pobreza material e de sociabilidade. Aqueles que formaram família ou lutam para estar em grupo conseguem manter-se mais facilmente do que aqueles que se isolaram. Um ex-morador de rua que não se manteve unido à associação Compartilha, acabou deixando o assentamento em 2004. Antes do início do trabalho de campo, houve dois casos de ex-moradores de rua que viviam sozinhos e desistiram de permanecer no assentamento. Poderia ser diferente se eles fossem para a luta pela terra com uma maior correlação de forças em relação às demais famílias, se formassem um bloco mais coeso e/ou se tivessem representantes ou apoiadores que auxiliassem na organização deles como um grupo. De certo modo, os ex-moradores de rua e os homens sozinhos são vistos no assentamento como pessoas pouco afeitas ao trabalho. As redes, para todos os assentados e – principalmente - para os ex-moradores de rua, são formas de ultrapassar o isolamento dos lotes e estar em comunicação com o mundo exterior ao assentamento para garantir aquilo que não é produzido no sítio.

Retomando, o assentamento propiciou conquistas aos ex-moradores de rua: ter um pedaço de terra para morar, plantar e garantir parte da alimentação, formar ou reencontrar família, estar atado a redes e manifestar habilidades paralelas ao cultivo da terra. Porém, a alternativa socialista ao modo de produção capitalista ainda é algo incipiente entre eles. Há elementos que se aproximam da conceituação de economia solidária na associação Compartilha e também na Agro União e nos semi-coletivos das estufas.

Dada essa discussão, foi possível problematizar um tema central na geografia da luta pela terra que é a questão do território camponês. Este território possibilita que não haja relações de produção capitalista, mas não garante que se construa uma economia solidária no assentamento. Por

definição, o modo de vida e de produção camponês baseado na mão-de-obra familiar não é capitalista. Porém, só o fato de haver terra para frutificar essa forma de produção, não quer dizer que ela se tornará uma economia solidária (socialista). É preciso que o assentamento esteja inserido na rede da economia solidária e que os grupos voltem-se para a gestão democrática (ou auto-gestão) da produção e dos conflitos sociais para o que o socialismo (ou formas de sociabilidade e de produção livre, igualitária e equitativa) seja algo vivido desde já, nos interstícios do modo de produção capitalista. Pode-se dizer que, potencialmente, os grupos e associações mais fortes podem atrair aqueles que estão num grupo mais fraco, desde que não se consolide uma polarização entre os grupos. O trabalho de campo revela que a mobilidade de união e desunião entre os assentados é maior do que a tendência à polarização entre grupos.

O paradigma da reprodução do campesinato pela expansão do modo de produção capitalista permite que camponês seja um personagem moderno. Portanto, o camponês reivindica a tradição da família e do território (como uma concepção espacial vertical da vida em sociedade), e também a modernidade, no sentido da crítica e da possibilidade de superação daquele modo de produção (numa concepção horizontal do espaço social). Ou seja, encontra-se no campesinato um repertório de *ethos* familiar e de luta por justiça social e por um modo de vida e de produção não-capitalista (quicá socialista).

Quanto à segunda hipótese do trabalho, a principal constatação é que as associações e os grupos tendem a ser os mediadores da gestão pública dos conflitos internos no assentamento. No entanto, a gestão dos conflitos vive uma tensão entre depender do Estado e buscar autonomia, o que demonstra uma dificuldade de consolidação dessa gestão pública como algo que é de responsabilidade de toda a comunidade. O presidente da associação Agro União, por exemplo, é um dos organizadores das reuniões no assentamento, desde 2003.

Foram encontradas três formas de gerir os conflitos. Uma delas é a busca da arbitragem estatal (uma ação civil contra os ex-coordenadores do assentamento decorrente de uma partilha de dinheiro), outra é a gestão pública restrita ao conflito específico (tentativa de “venda” de lote) e a gestão pública que trabalha com o apoio do Estado (“venda” e abandono de lote e formação de uma comissão interna para apurar irregularidades). Vale ressaltar que é relativamente comum nos conflitos pessoais entre vizinhos (briga por causa de gado que derruba cerca, por exemplo) o recurso a formas judiciais de gestão. Porém, houve somente um caso de ação judicial envolvendo o assentamento como um todo. Num momento em que não havia associações registradas (2002) e havia poucas reuniões e assembléias, a forma judicial apareceu como gestão de um conflito relativo ao coletivo.

Em dois casos de conflito em que houve gestão pública, via reuniões e formação de comissão de assentados, verificou-se que a presença de instâncias democráticas, como assembléias, em que cada um tem direito a voz e voto.

O assentamento é uma fração de território camponês plasmado pelo conflito. As alianças, as controvérsias e os ataques são redes que configuram aquele local. As redes são formadas internamente, em alguns momentos cristalizam-se em organizações e permitem a comunicação, a troca de informações e a obtenção de recursos externos. Na fração territorial que é o assentamento, os lotes são nós; assim, a movimentação de ataques e alianças entre os moradores formando grupos

e associações é a rede que o atravessa e permite fluxo com o exterior: venda, compra, financiamento e informações.

Uma das principais conclusões deste estudo é de que há um incipiente aprendizado da gestão democrática dos conflitos. Consolidando-se um modo de produção solidário, os assentados podem desenvolver formas solidárias e democráticas de gerir os conflitos. Há certa tendência nesse sentido, pois os moradores, por exemplo, fazem reuniões públicas e criam comissões para cuidar dos problemas do assentamento. Assim, é possível virar uma prática regular e se criar um ambiente de aprendizado de que é no espaço público onde se resolvem os conflitos. Porém, é preciso que as comissões, por exemplo, não façam discriminações entre os assentados para que todos se sintam parte do processo e aprendam a ver as reuniões e assembléias como espaço de todos. Nesse sentido, o enfoque nos conflitos, nos micro-poderes e nas redes, proporcionou mostrar como é possível e quais são as limitações de formação e do potencial de aprendizado de relações horizontais de gestão dos conflitos e de produção. O aprendizado na prática de relações democráticas e solidárias de convívio e de produção é uma maneira de viver o socialismo aqui e agora e não de esperar uma mítica revolução que inicie uma sociabilidade livre, igualitária e eqüitativa.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Rosemeire Ap. (2003). Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. Pres. Prudente/SP, Tese de doutoramento em Geografia, FCT/Unesp.
- BLACK, Donald (1998). *The Social Structure of Right and Wrong*. San Diego: Academic Press [versão revisada de original de 1993].
- BOMBARDI, Larissa M. (2001). O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa. São Paulo, Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP. [Publicada em 2004 com o mesmo título pela editora Annablume, São Paulo.]
- CARVALHO, Horácio M. (1998). Formas de Associativismo Vivenciadas pelos Trabalhadores Rurais em Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil. In: [www.nead.org.br](http://www.nead.org.br), acessado em dez/2004.
- CARVALHO, Horácio M. (1999). Interação Social e as Possibilidades de Coesão e de Identidade Sociais no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil. In: [www.nead.org.br](http://www.nead.org.br), acessado em dez/2004.
- CHAYANOV, Alexander V. (1974 [1925]). *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nova Visão.
- CHRISTOFFOLI, Pedro I. (2000). O Desenvolvimento de Cooperativas de Produção Coletiva de Trabalhadores Rurais no Capitalismo: Limites e Possibilidades. Curitiba, Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR.
- COMTE, Auguste (1983 [1852]). Catecismo Positivista, in: *Comte*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 2ª. ed.
- D'INCAO, Maria da Conceição & ROY, Gerard (1995). *Nós Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FABRINI, João E. (2003). *A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem-Terra*. Cascavel/PR: Edunioeste.
- FELICIANO, Carlos A. (2003). O Movimento Camponês Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária. São Paulo, Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP.
- FERNANDES, Bernardo M. (1999 [1996]). *MST – Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 2ª. ed.
- FERNANDES, Bernardo M. (1999). Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro – Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, 1979-1999. São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP.

- GONÇALVES, Sérgio (2004). O MST em Querência do Norte – PR: da luta pela terra à luta na terra. Maringá/PR, Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Geografia, UEM.
- JUSTO, Marcelo Gomes (2001). Entrevista com M. A. S. [morador de assentamento de reforma agrária e militante do MST]. In: [www.ces.fe.uc.pt/emancipa/pt/voices/gen/miguelsantos.html](http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa/pt/voices/gen/miguelsantos.html). Projeto Vozes do Mundo, inserido na pesquisa Reinventando a Emancipação Social, sob orientação do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, Centro de Estudos Sociais (CES), Coimbra – Portugal, 2 p. [Versão integral no prelo.]
- JUSTO, Marcelo Gomes (2002). *Capim na Fresta do Asfalto: conflito agrário violento e justiça*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.
- LATOUR, Bruno (2000). *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34.
- MARQUES, Marta Inez M. (2000). De Sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP.
- MARX, Karl (1978 [1852]). O 18 Brumário de Luís Bonaparte, in: *Marx*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 2ª. ed.
- MARX, Karl (1985). *O Capital*, Vol. I e II, Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural.
- MIRANDA, Maria Elena (1998). Análise de uma situação de conflito entre os assentados e o MST. São Paulo, Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Antropologia, FFLCH/USP.
- MIRANDA, Maria Elena (2003). Os Assentados Frente aos Desafios Legais. Uma interpretação antropológica das relações jurídicas no assentamento de Promissão. São Paulo, Tese de doutoramento apresentada ao Depto. de Antropologia/FFLCH/USP.
- MITIDIERO Jr., Marco Antônio (2002). O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as Contradições da Luta pela Terra no Brasil. São Paulo, Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (1995). *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (1997). A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência. São Paulo, Tese de Livre Docência apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (2002). “A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro”, in: CARLOS, Ana F. (Org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, pp. 63-110.
- PEREIRA, José Roberto (2000). De Camponeses a Membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social. Brasília/DF, Tese de doutorado apresentada ao Depto. de Sociologia, ICS/UnB.
- RAFFESTIN, Claude (1993 [1980]). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.
- RATZEL, Friedrich (1990). *Ratzel*, Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
- RECLUS, Élisée (1985). *Élisée Reclus*, Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
- SANTOS, Boaventura S. (2000). *Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Boaventura S. [Org.] (2002). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SCHREINER, Davi F. (2002). Entre a Exclusão e a Utopia. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná). São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao Depto. de História, FFLCH/ USP.
- SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). A Longa Caminhada – a (re)construção do território camponês em Promissão. São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP.
- SINGER, Paul (1998). *Globalização e Desemprego – diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto.
- SINGER, Paul (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo.
- SIZANOSKI, Raquel (1998). O Novo dentro do Velho: Cooperativas de Produção Agropecuária do MST (Possibilidades e limites na construção de outro coletivo social). Florianópolis/SC, Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Sociologia Política, CFCH/UFSC.
- SOUZA, Maria A. (1999). As Formas Organizacionais de Produção em Assentamentos Rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST. Campinas/SP, Tese de doutorado em Educação, FE/Unicamp.
- WOORTMANN, Klass (1990). “Com Parente Não se Negueia” O Campesinato Como Ordem Moral. In: *Anuário Antropológico/87*. Brasília/DF: Ed. UnB, pp. 11-73.